

Narrativas sobre RDA: impressões dos catalogadores da Universidade Federal de Minas Gerais

Paulo Marcelo Carvalho Holanda

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação,
Programa de Pós-graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, Belo Horizonte, MG Brasil
pholanda515@gmail.com

Cintia de Azevedo Lourenço

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação,
Programa de Pós-graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, Belo Horizonte, MG Brasil
cintia.eci.ufmg@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n3.2021.38550>

Recebido/Recibido/Received: 2021-05-18

Aceito/Aceptado/Accepted: 2021-09-01

Resumo: Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação de mestrado com o objetivo de entender como os catalogadores das bibliotecas da UFMG percebem a RDA. É apresentada a fundamentação teórica e seu esboço para construção do bloco temático sobre a impressão geral da norma RDA, as categorias e subcategorias criadas, as narrativas e impressões dos catalogadores. Esta pesquisa tem objetivos exploratórios e descritivos, abordagem qualitativa, procedimentos bibliográficos, utilização de entrevista semiestruturada, como instrumento de coleta de dados e, para a tessitura dos resultados, a análise de conteúdo. Os resultados apontam a limitação de entendimento de descrição de recursos da AACR2 em relação à RDA, limitação de entendimento da continuação da AACR2 com a RDA, pouco conhecimento dos grupos FRBR e da correspondência de dados RDA com outros esquemas de codificação. Esta pesquisa possibilitou entender como os catalogadores das bibliotecas da UFMG estão percebendo alguns aspectos da norma RDA, sendo necessário o conhecimento das suas regras, a necessidade de aprendizagem, estudo continuado da norma e sua demonstração prática.

Palavras-Chave: Resource Description and Access. RDA. Catalogação. AACR2. FRBR.

Narratives about the RDA: impressions of Universidade Federal de Minas Gerais cataloguers

Abstract: This article presents part of the results of a master's thesis with the aim of understanding how catalogers from UFMG libraries perceive the RDA. The theoretical foundation and its outline for the construction of the thematic block on the General Impression of the RDA standard, the categories and subcategories created, the narratives and impressions of the cataloguers, with exploratory, descriptive, qualitative, bibliographic objectives, using the semi-structured interview and the content analysis. The results point to the limited understanding of the AACR2 resource description in relation to the RDA, the limited understanding of the continuation of the AACR2 with the RDA, little knowledge of the FRBR groups and the correspondence of RDA data with other coding schemes. This research made it possible to understand how catalogers from UFMG libraries are perceiving some aspects of the RDA standard, requiring knowledge of the rules, the need for learning and continued study of the standard and its practical demonstration.

Keywords: Resource Description and Access. RDA. Cataloguing. AACR2. FRBR.

Narrativas sobre la RDA: impresiones de catalogadores de la Universidade Federal de Minas Gerais UFMG

Resumen: Este artículo presenta parte de los resultados de una tesis de maestría con el objetivo de comprender cómo los catalogadores de las bibliotecas de la UFMG perciben la RDA. El fundamento teórico y su esquema para la construcción del bloque temático sobre la Impresión General del estándar RDA, las categorías y subcategorías creadas, las narrativas e impresiones de los catalogadores, con objetivos exploratorios, descriptivos, cualitativos, bibliográficos, utilizando la semi-entrevista estructurada y análisis de contenido. Los resultados apuntan a la comprensión limitada de la descripción del recurso AACR2 en relación con la RDA, la comprensión limitada de la continuación de la AACR2 con la RDA, el escaso conocimiento de los grupos FRBR y la correspondencia de los datos RDA con otros esquemas de codificación. Esta investigación permitió comprender cómo los catalogadores de las bibliotecas de la UFMG están percibiendo algunos aspectos del estándar RDA, requiriendo el conocimiento de las reglas, la necesidad de aprendizaje y estudio continuo del estándar y su demostración práctica.

Palabras clave: Descripción de recursos y acceso. RDA. Catalogación. AACR2. FRBR.

1 Introdução

As recentes tecnologias da informação e comunicação (TIC) trouxeram alterações nos ambientes informacionais que contribuíram para o aparecimento de novos tipos de documentos, formatos, suportes, conteúdos e novas formas de acesso à informação, e com isso uma nova maneira de se registrar recursos. Dessa maneira, surge a norma de catalogação que substituirá o AACR2, a RDA que é uma realidade já utilizada por várias bibliotecas de outros países.

A biblioteca desde a antiguidade aparece como instituição guardiã do legado informacional da humanidade procurando fornecer o acesso adequado a qualquer tipo de informação para seu público e sempre se adaptando evolutivamente as novas tecnologias de ponta e os novos ambientes informacionais em decorrência da rápida desatualização de tecnologias passadas.

Em decorrência da evolução destes novos ambientes informacionais, principalmente de ambiente digitais, surge a necessidade de adaptação de modelos e normas para se ajustar a essa nova realidade. Nesse caso uma nova demanda de fundamentos teóricos e conceituais moldados nos modelos FR (FRBR, FRAD, FRSAD) foram subsídios para estruturar novas instruções e diretrizes para esses ambientes.

O tema aponta como uma mudança relevante na estrutura de como se registrar um material e descrever seus pontos de acesso em uma base conceitual totalmente voltada para o relacionamento dos dados de modo que o usuário possa executar mais eficientemente suas tarefas de busca.

Esse artigo é parte dos resultados de uma dissertação de mestrado e propõe-se investigar as impressões dos catalogadores da UFMG sobre tópicos decorrentes da norma RDA.

2 Catalogação

A catalogação é o “[...] estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários”, atua na descrição, como subsídio para a organização informacional (MEY, 1995, p. 5).

No início do século XVI surge um catálogo classificado e que incluía também um índice alfabético de autor: o catálogo do mosteiro Syon, na Inglaterra. No mesmo país, o catálogo do convento de Bretton, em Yorkshire, de 1558, introduz nos registros os nomes dos editores e tradutores das obras (MEY;SILVEIRA, 2009, p. 66).

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 67), o século XVII traz alguns avanços significativos, o professor Sir Thomas Bodley, ofereceu-se, em 1598, para promover a reconstituição da biblioteca da Universidade de Oxford que estava praticamente abandonada. Bodley criou um código minucioso de catalogação que indicava o arranjo sistemático, com índice alfabético organizado pelo sobrenome dos autores, e incluía as entradas analíticas.

No início do século XVIII os catálogos eram vistos mais como listas simplificadas do que como inventários. Algumas práticas se impuseram: catálogos classificados ou alfabéticos, embora alguns ainda permanecessem organizados pelo tamanho dos livros; os índices eram considerados úteis, embora não indispensáveis; os nomes dos autores vinham pelo sobrenome, embora ordenados cronologicamente, a página de rosto adquiriu algum prestígio, sendo os títulos transcritos literalmente, as remissivas tornaram-se de uso comum, assim como algumas entradas analíticas (MEY;SILVEIRA, 2009, p. 68).

Segundo Fiuza (1987, p.46):

O ano de 1831 representa um marco significativo na história da catalogação, pois foi quando o Museu Britânico contratou Antônio Panizzi, que foi encarregado de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo da biblioteca daquela instituição. Depois de quatro anos de discussões perante a comissão encarregada de aprovar o novo catálogo, Panizzi conseguiu sua aceitação e apresentou suas famosas 91 regras, que foram publicadas em 1839, denominadas Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of Printed Books in British Museum (Regras para a Compilação do Catálogo: Catálogo de Livros Impressos no Museu Britânico, onde está contida a sua ideologia sobre a catalogação).

Em 1850, Charles C. Jewett teve seu código aceito. Este código continha 33 regras e foi elaborado para o catálogo do Smithsonian Institution, nos Estados Unidos. No prefácio, reconhecia seu débito para com Panizzi e suas regras. Alguns preceitos de Jewett, em especial no tocante a cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas, até, hoje são seguidos (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 70).

Charles Ammi Cutter, em 1886, publicou suas *Rules for a Dictionary Catalog* (Regras para um catálogo dicionário). Cutter não elaborou apenas um código de catalogação: sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas. De fácil leitura, constitui um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares.

Barbosa (1978, p. 41) menciona a Conferência de Paris, de 1961, como é conhecida a International Conference on Cataloguing Principles (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), como a precursora da normalização das entradas (mais tarde pontos de acesso) e cabeçalhos das obras existentes e passíveis de serem catalogadas.

Após a conferência de Paris vários códigos de catalogação surgiram, e entre eles, o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), em sua primeira publicação, em 1967, sua segunda edição em 1978, a AACR2, que foi traduzida no Brasil pela FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) de 1983 a 1985. Em seguida o AACR2, sofreu uma atualização, dando origem a uma segunda edição revisada, as AACR2R, em 1988 e várias emendas e revisões até 2005. (MEY;SILVEIRA, 2009, p. 78).

De acordo com Oliver (2011, p. 46), o AACR foi originalmente elaborado num ambiente de materiais majoritariamente impressos e de catálogos em fichas, tornando-se um conjunto de regras internacionais que subsidiam o tratamento da informação, as quais visam à representação da informação por meio da elaboração de descrições bibliográficas para atribuição dos pontos de acesso, cabeçalhos de pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, como também de títulos uniformes e remissivas.

2.2 A Família FR

Os FRBR foram elaborados como sendo um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento. Esse modelo provém de conceitos acerca da modelagem de banco de dados como caracteriza Chen (1990, p. 2), “os registros em um banco de dados são interligados, de forma que itens de dados relevantes em registros diferentes possam ser recuperados sem dificuldade”. Este modelo define uma representação de informações baseadas em entidades, em atributos e em relacionamentos entre as entidades.

Segundo Fusco (2011, p. 11), os FRBR têm como finalidade:

aperfeiçoar a construção dos registros bibliográficos, a catalogação e, por consequência, os catálogos. Foram criados para estabelecer conceitos sobre muitos tipos de materiais descritos nas bases de dados pertencentes a uma biblioteca ou unidade de informação e tornar os catálogos automatizados mais usualmente simplificados aos olhos do usuário e a promover compatibilidades internacionais sobre seus usos, de modo a tornar a

recuperação de registros bibliográficos cada vez mais eficientes e universais, auxiliando no reexame dos princípios fundamentais do tratamento descritivo da informação.

A família FR é composta pelo FRBR (baseada em três grupos distintos: Grupo 1 - produto intelectual/artístico, Grupo 2 - responsabilidade e Grupo 3 – assunto); pelo FRAD (que se configuram como ampliação do FRBR, que incluem todas as entidades adicionais específicas do controle de autoridade); pelo FRSAD (criado com o propósito para assumir por completo as entidades e relações pertinentes para as autoridades de assunto); e mais atualmente o IFLA LRM que pretende ser um modelo de referência conceitual de alto nível consolidando os modelos anteriores.

Ainda, segundo Maringelli (2020) o *Library Reference Model* (LRM) vem pensar a proposta dos catálogos de bibliotecas para um ambiente de linked Open data, ou seja, ele tem um desenho muito mais próximo da web semântica do que os outros modelos conceituais, sendo um grande desafio para os bibliotecários entender essa proposta e suas estruturas junto com o *Resource Description Framework* (RDF).

2.1 Resource Description and Access (RDA)

Com as mudanças influenciadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), mostrou-se necessário uma revisão do AACR2R em 2004, para adequá-lo a essa nova realidade informacional. Essa revisão foi gerenciada, pelo Joint Steering Committee (JSC), e propunha uma nova edição do AACR2R, o AACR3, com consideráveis mudanças. No entanto, tais mudanças foram tão abrangentes que levou a JCS em 2005, iniciar o desenvolvimento de uma nova norma que, chamaram de RDA (MEY; SILVEIRA, 2009, p.90).

A RDA foi desenvolvida em um processo colaborativo entre quatro países (Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos), liderados pelo Joint Steering Committee for Development of RDA (JSC). O JSC é composto por representantes de seis grandes comunidades de catalogação anglo-americanas, a American Library Association (ALA), o Australian Committee on Cataloguing (ACOC), a British Library (BL), o Canadian Committee on Cataloguing (CCC), o Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), e a Library of Congress (LC) (CAVALCANTI, 2013, p. 53).

A *Resource Description and Access* (RDA) é a norma de catalogação que irá substituir as *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition* (AACR2R). Apesar de manter uma forte relação com as AACR2R, a RDA difere em muitos aspectos, devido a sua construção ter sido baseada numa estrutura teórica, e ter sido projetada para o ambiente digital, além de seu escopo ser mais abrangente do que o do AACR2R (OLIVER, 2011, p. 1).

Para Silva, Serra, Cassares e Valencia (2012, p. 115):

A RDA é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer. Estes dados são analisados e distribuídos de maneira a serem utilizados de modo pertinente. Uma informação encontra-se com outra e muitas vezes de forma desarmônica e do cruzamento de dados surgem resultados inesperados, novas derivações, são os chamados metadados, que poderíamos resumir em: dados sobre outros dados. São como uma trama de informações que funcionam relacionando elementos de uma maneira inteligente em um ambiente de rede.

Assumpção e Santos (2009, p. 2) mencionam que a RDA possibilita a “[...] flexibilidade e extensibilidade necessárias para acomodar as características de novos recursos e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos funcionarem com uma ampla gama de ambientes tecnológicos”.

Dentre um dos grandes diferenciais da RDA, que a distingue das demais normas de catalogação, está a sua abrangência. Ela é uma norma que não se destina somente as bibliotecas, mas tem seu escopo ampliado para atender as necessidades de outras comunidades de informação. A RDA possibilita a descrição de todos os tipos de recursos, sejam eles tradicionais das bibliotecas ou recursos de outras comunidades ligadas ao patrimônio cultural, como arquivos, museus ou repositórios institucionais.

A estrutura da norma RDA foi desenvolvida paralelamente a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação de 2009, e por isso mantém um forte alinhamento entre eles, que se comprova no rascunho da introdução da RDA, divulgado em novembro de 2008, onde “[...] consta as Declarações de Princípios e informa os princípios de catalogação usados em todo o RDA”. [...] “Isso faz com que o novo código procure satisfazer as expectativas da comunidade internacional”. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009, p.3-4).

Compreender a configuração do RDA *a priori* não é uma tarefa fácil. É necessário se desprender de toda a estrutura até então compreendida ao utilizar o AACR2R, desde a sua organização até o seu conteúdo e principalmente, estar bastante familiarizado com os conceitos dos *Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)* e *Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)*, que são os modelos fundamentais para o entendimento e para a aplicação da norma, e que permeiam a estrutura e as terminologias dos textos da RDA.

3 Esquemas de codificação

Apoiada numa estrutura mais flexível, extensível e de melhor adaptabilidade para descrição de recursos, a RDA pode ser codificado com o emprego de esquemas existentes,

como é o caso do *MARC 21*, que é o atual esquema de codificação utilizado pela maioria das bibliotecas; o *Dublin Core*, utilizado para descrição de recursos online; o *MODS*, muito utilizado em descrição de recursos musicais; e o *BIBFRAME* que poderá ser o esquema de codificação que subsistirá o formato *MARC 21* futuramente. Além desses esquemas, a RDA, também poderá ter correspondências estabelecidas com outros esquemas que futuramente venham a aparecer.

3.1 MARC 21

O padrão *Machine Readable Cataloging* (MARC 21) (registro catalográfico legível por máquina) foi proposto pela Library of Congress (LC) no início da década de 1960, sendo que sua utilização efetiva data de 1966. Foi projetado para o tratamento de informações bibliográficas sobre materiais impressos, manuscritos, arquivos de computador, mapas, música, periódicos, materiais visuais, materiais diversos, entre outros.

O MARC é um padrão para entrada e manuseio de informações bibliográficas em computador com um protocolo de intercâmbio de dados para exportação e importação de dados. O formato MARC 21 é utilizado como “[...] estrutura legível por máquina, e consegue suportar a descrição de recursos informacionais, cujo conteúdo dos seus campos é determinado por regras de catalogação” (SIMIONATO, 2012, p.87).

Em virtude da criação da RDA e de sua proposta para descrição de recursos e definição de elementos necessários à descrição e ao acesso, ela oferece instruções sobre como formular o dado a ser registrado em cada elemento. A norma indica como essa transição pode ocorrer de forma mais tranquila e a possibilidade da codificação de dados RDA com o MARC 21 e a preservação e permanência da mesma exibição dos dados bibliográficos.

Para preparar a transição foi preciso fazer alguns ajustes no MARC 21 para acomodar a codificação de dados RDA. O *RDA/MARC Working Group*¹ foi criado para identificar as mudanças necessárias para codificar dados RDA com o MARC 21. O grupo de trabalho deu prioridade às áreas que exigiram mudanças. Muitos elementos RDA podem encaixar-se nos campos e subcampos e valores de campos fixos existentes no MARC 21, mesmo que essa não fosse à situação de codificação ideal, (OLIVER, 2011, p. 105).

¹Grupo de trabalho coordenado pela British Library, Library and Archives Canada e Library of Congress, estabelecida para colaborar no desenvolvimento de propostas de alterações no formato MARC 21 para acomodar as codificações dos dados em RDA. O Grupo de Trabalho da RDA / MARC identificará quais alterações são necessárias para o MARC 21 para dar suporte à compatibilidade com a RDA e garantir a troca eficaz de dados no futuro.

3.2 Dublin Core

Desenvolvido em outubro de 1994 pela Online Computer Library Center²(OCLC) e o *National Center for Supercomputing Applications*³(NCSA), o Dublin Core (DC) é um padrão de metadados que possibilita a catalogação de documentos eletrônicos na Web. Segundo Rocha (2004, p. 119), o “Dublin Core apresenta-se como língua mãe para metadados, que pode ser estendida, através da criação de Perfis de Aplicação, para contemplar necessidades de comunidades específicas”.

Segundo Souza, Vendrusculo e Melo (2000, p. 93), o Dublin Core pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. É a catalogação do dado ou descrição do recurso eletrônico. A expectativa é que autores ou websites sem conhecimento de catalogação sejam capazes de usar o Dublin Core para descrição de recursos eletrônicos, tornando suas coleções mais visíveis pelas máquinas de busca e sistemas de recuperação.

A norma ISO 15836 aborda os 15 elementos básicos de Dublin Core, nomeadamente: Título (*title*), Criador (*creator*), Assunto (*subject*), Descrição (*description*), Publicador (*publisher*), Colaborador (*contributor*), Data (*date*), Tipo (*type*), Formato (*format*), Identificador (*identifier*), Fonte (*source*), Idioma (*language*), Relação (*relation*), Cobertura (*coverage*), Direitos Autorais (*rights*).

3.3 MODS

Desenvolvido pela Library of Congress Network Development and MARC Standard Office, em 2002, em consulta com especialistas interessados para satisfazer a necessidade expressa de uma versão XML abreviada do MARC 21, o *Metadata Object Description Schema* (MODS) é um esquema para um conjunto de elementos bibliográficos derivado do padrão MARC, criado originalmente para o uso em bibliotecas, mas que também pode ser utilizado em outras áreas e expresso através de um esquema XML (MODS, 2018, tradução nossa).

O MODS deve complementar outros formatos de metadados e fornecer uma alternativa entre um formato de metadados muito simples, com um mínimo de campos e pouca ou nenhuma subestrutura (por exemplo, Dublin Core) e um formato muito detalhado com muitos elementos de dados com várias complexidades estruturais, como MARC 21.

²OCLC é uma organização cooperativa americana sem fins lucrativos "dedicada aos propósitos públicos de aumentar o acesso às informações do mundo e reduzir os custos de informações".

³ O *National Center for Supercomputing Applications* (NCSA) é um centro de pesquisa transdisciplinar e bolsa de estudos digital da Universidade de Illinois. As áreas de foco da pesquisa atual incluem agricultura digital, ciências biológicas e da saúde, terra e meio ambiente, astronomia e muito mais.

QUADRO 02 – Elementos MODS

1. titleInfo (título)	11. note (nota)
2. name (nome)	12. subject (assunto)
3. typeOfResource (tipo de recurso)	13. classification (classificação)
4. genre (gênero)	14. relatedItem (item relacionado)
5. originInfo (informação de origem)	15. identifier (identificador)
6. language (idioma)	16. location (localização)
7. physicalDescription (descrição física)	17. accessCondition (condições de acesso)
8. abstract (resumo)	18. part (parte)
9. tableOfContents (sumário)	19. extension (extensão)
10. targetAudience (público-alvo)	20. recordInfo (informação de registro)

Fonte: Staneck, 2007, p. 40.

3.4 BIBFRAME

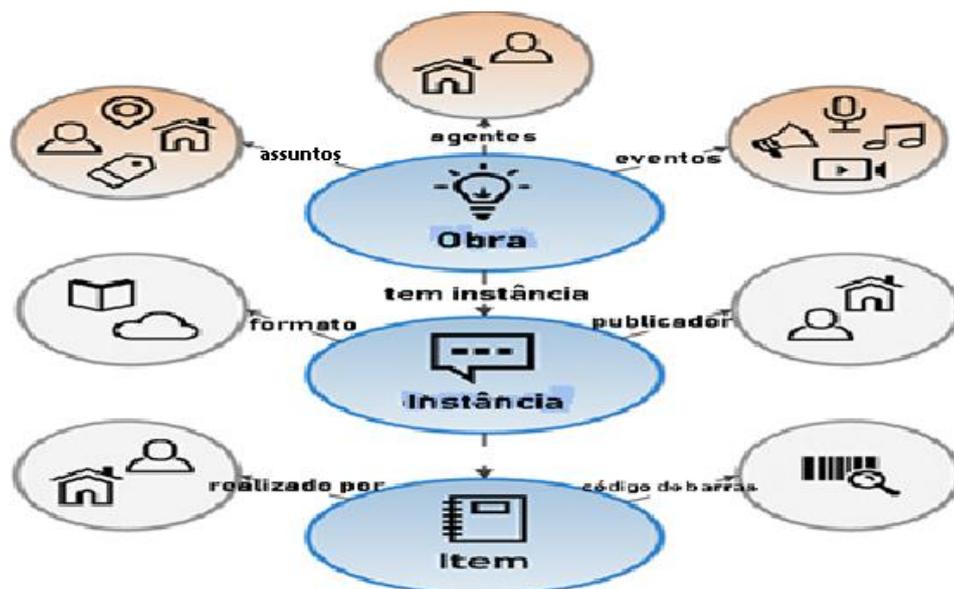
A Library of Congress lançou, em maio de 2011, o *Bibliographic Framework Initiative*, também chamado de BIBFRAME, com a finalidade de melhor atender as necessidades descritivas atuais e futuras, na qual, objetiva visualizar e, em longo prazo, implementar uma nova abordagem bibliográfica para bibliotecas, que seja centralizado na web e que favoreça a interconectividade de informações em conformidade com a RDA.

A concepção do modelo BIBFRAME está baseada nas tendências e práticas contemporâneas que incentivam a disponibilização e interligação de dados na Web em formatos que sejam legíveis por máquinas. À medida que a Web evolui, de uma rede de documentos para uma rede de dados interligados, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de identificação das entidades envolvidas na criação dos recursos (autores, editores) e dos conceitos (assuntos) relacionados, tais dados são cruciais para que os usuários possam localizar informações na Web (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 3, tradução nossa).

Para a Library of Congress (2012, p. 3), o BIBFRAME constitui-se uma iniciativa para tornar os recursos informacionais representados pelo Formato MARC 21, mais acessíveis em ambientes digitais, uma vez que busca estabelecer relações com outros padrões de metadados, acomodar os dados advindos das instruções da RDA e, ao mesmo tempo, garantir que o legado do padrão MARC 21 não se perca em meio às novas necessidades dos ambientes digitais.

O vocabulário BIBFRAME é formado por um conjunto de Classes e Propriedades que representam formalmente entidades, suas características e relacionamentos. A Biblioteca do Congresso liberou o modelo BIBFRAME 1.0, original em 2012, que foi substituído em abril de 2016 pelo BIBFRAME 2.0, Figura 1 (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 08). “Tradução do autor”

Figura 1 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME 2.0



Fonte: BIBFRAME, 2016. "Tradução do autor"

O BIBFRAME 2.0 define conceitos-chaves adicionais que possuem relacionamentos com as classes principais: **Agentes:** Agentes são pessoas, organizações, jurisdições, etc., associados a uma obra ou instância por meio de funções como autor, editor, artista, fotógrafo, compositor, ilustrador etc.; **Assuntos:** Uma obra pode ser "sobre" um ou mais conceitos. Tal conceito é dito ser um "sujeito" da obra. Conceitos que podem ser assuntos incluem tópicos, lugares, expressões temporais, eventos, obras, instâncias, itens, agentes, etc.; e **Eventos:** Ocorrências, cuja gravação pode ser o conteúdo de um trabalho. (BIBFRAME, 2016, tradução nossa).

4 Metodologia

O paradigma de investigação que se baseia na abordagem científica desta pesquisa é o processo de descoberta indutiva, onde o avanço dos detalhes da investigação parte de fragmentos para uma visão conectada da situação, sendo que, os objetivos propostos deste estudo configuram-se como exploratórios e descritivos, com procedimentos bibliográficos, e no que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa apresenta aspectos de método de investigação qualitativa.

O universo de pesquisa é a população de catalogadores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (BU/SB).

Foram feitas pesquisas em bases nacionais da área de ciência da informação: na *Base de Referências de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI); Base Peri; Base Scielo; com resultados para a busca sobre "A norma RDA", foram feitas buscas, também, no

Portal de Periódicos Capes nas bases *Library and Information Science Abstracts (LISA)*; *Web of Science*, *Scopus* e também no *Google Acadêmico*. Utilizou-se o termo “*RDA (Resource Description and Acces)*” para busca nestas bases, obtendo resultados bem relevantes do que nas bases de dados nacionais.

O estudo utilizou, também, como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada baseada numa lista de questões com perguntas abertas (comentários), e organizadas em tópicos referentes à questão de pesquisa e eixos de análise do presente estudo.

O bloco temático, e seus respectivos tópicos, foram construídos de acordo com a fundamentação teórica da pesquisa conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Esboço da fundamentação teórica com o Bloco temático

Bloco temático	Tópicos	Fundamentação Teórica
Impressão geral da norma RDA	A RDA substitui o AACR2, foi projetada para o ambiente digital e possui escopa mais abrangente.	Assumpção e Santos, 2009, p. 02; Oliver, 2011, p. 04
	Os modelos FRBR fornecem a base conceitual para a RDA.	Oliver, 2011, p. 01; FRBR Mapping, 2009; Tillett, 2003, p. 02; Chen, 1990, p. 20
	Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação.	El-Sherbini, 2013, p. 76; Fusco, 2011, p. 37; Oliver, 2011, p. 99 Morris e Wiggis, 2016, p.210; Oliver, 2011, p.
	A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos.	Assumpção e Santos, 2009, p. 02; Oliver, 2011, p. 04
	A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA	Mering, 2014; Oliver, 2011

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No contexto da proposta de análise deste estudo, os dados desta pesquisa foram analisados conforme o método qualitativo onde foram criadas categorias e subcategorias, *a posteriori*, utilizando a abordagem de análise de conteúdo.

Segundo Bardin (1979, p. 80) dentre as técnicas utilizadas na análise de conteúdo, a análise categorial trata do desmembramento do discurso em categorias, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto de pesquisa, identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Dessa maneira, no Quadro 4, são apresentadas as principais categorias e subcategorias criadas para o bloco temático de “*Impressão geral da norma RDA*”, e seus respectivos tópicos, para um melhor entendimento da percepção global das informações coletadas, análise e interpretação dos dados.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias criados *a posteriori*

IMPRESSÃO GERAL DA NORMA	
A RDA substitui a AACR2, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente.	
Categorias	Subcategorias
Limitação da AACR2	<i>Não atende formatos digitais</i> <i>Descrição rígida</i> <i>Ferramenta antiga</i> <i>Formato engessado</i> <i>Regra de três</i>
Continuação com AACR2	<i>Derivadas da AACR2</i> <i>Compatibilidade com a AACR2</i> <i>Revisão da AACR2</i> <i>Relação com AACR2</i>
Atender mídias digitais	<i>Formatos digitais</i> <i>Registro de dados em elementos</i>
Interoperabilidade de dados	<i>Melhor descobrimento de recursos</i>
Estrutura flexível e extensível	<i>Adaptar a novas comunidades</i> <i>Descrição de todos os tipos de recursos</i>
Os modelos FRBR's fornecem a estrutura conceitual para a RDA	
Foco no usuário	<i>Identificação de objetos</i> <i>Modelagem do universo bibliográfico</i> <i>Tarefas do usuário</i>
Componentes FRBR	<i>Modelo entidade-relacionamento</i>
Entidades FRBR	<i>Grupos de entidades</i>
Aplicação dos modelos	<i>Estruturam a RDA</i>
Conceitos FRBR	<i>Difícil entendimento</i> <i>Desconhece</i>
Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação	
Correspondência com RDA	<i>Codificado em MARC 21</i> <i>Codificado com outros esquemas</i>
Modificações no MARC 21	<i>Adaptações para acomodar a RDA</i> <i>Novos campos para RDA</i>
Facilidade do MARC 21	<i>Continuação com a RDA</i> <i>Transição para a RDA</i>
Dificuldades do MARC 21	<i>Limitações</i> <i>Intercâmbio em rede</i>
A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos	
Descrição na RDA	<i>Novos recursos on-line</i> <i>Recurso tradicional e não tradicional</i> <i>Metadados de outras comunidades</i> <i>Melhorar a forma de descrição</i>
Descrição no AACR2	<i>Também no AACR2</i>
A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA	
Alterações nos campos	<i>Acréscimo de campos</i> <i>Acréscimo de campos</i> <i>Substituição de campos</i> <i>Novos campos</i> <i>Importação de campos</i>
Equilíbrio com campos MARC	<i>Continuidade de campos</i>
Mudanças nos campos	<i>Ocorrem mudanças</i> <i>Desconhece mudanças</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5 Resultados e discussão

Averigüe-se a análise dos dados coletados juntos aos catalogadores das bibliotecas da UFMG através das respostas propostas de acordo com a entrevista semiestruturada e conforme os tópicos sugeridos sobre o bloco temático de impressão geral da norma RDA, e em seguida é apresentada as categorias e subcategorias construídas *a posteriori*, a análise qualitativa e os comentários (C1, C2, C3,...) referentes à construção da análise dos dados.

Tabela 01 – Percepção da substituição do AACR2 pela RDA, projeção digital e escopo

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Limitação da AACR2	<i>Não atende formatos digitais</i>	6	14
	<i>Descrição rígida⁴</i>	1	2
	<i>Ferramenta antiga⁵</i>	3	7
	<i>Formato engessado⁶</i>	2	5
	<i>Regra de três</i>	1	2
Continuação com AACR2	<i>Derivadas da AACR2</i>	3	7
	<i>Compatibilidade com a AACR2</i>	1	2
	<i>Revisão da AACR2</i>	1	2
	<i>Relação com AACR2</i>	2	5
Atender mídias digitais	<i>Formatos digitais</i>	10	24
	<i>Registro de dados em elementos</i>	2	5
Interoperabilidade de dados	<i>Melhor descobrimento de recursos⁷</i>	2	5
Estrutura flexível e extensível	<i>Adaptar a novas comunidades</i>	3	7
	<i>Descrição de todos os tipos de recursos</i>	5	12

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como apresentado, na Tabela 1, a subcategoria “*Não atende os formatos digitais*”, referente à categoria “*Limitação da AACR2*”, obteve 14% de considerações dos entrevistados, seguido da subcategoria “*Ferramenta antiga*” que obteve 7% de considerações, as quais são indica no comentário a seguir:

[...] o AACR2 não tem como, ele é muito limitado para descrever objetos digitais, [...] a RDA vem nesse sentido, dessa abrangência de descrever todo o objeto, não só o digital como físico impresso também, isso eu entendo, que ela veio para isso. (C3)

Percebe-se na categoria “*Continuação da AACR2*” de acordo com a subcategoria

⁴Descrição rígida: Regras que indicam rigidamente como registrar um material sem deixar o catalogador livre para a sua interpretação de descrição.

⁵ Ferramenta antiga: Código criado num ambiente que não havia catálogos em linha e recursos eletrônicos.

⁶ Formato engessado: Formato que não proporciona uma melhor descrição de outros tipos de recursos.

⁷ Melhor descobrimento de recursos: Base teórica e logicamente coerente com a descrição dados que compreendem melhor o universo bibliográfico.

“Derivadas da AACR2” que os catalogadores nos seus comentários compreendem segundo Oliver (2011, p. 48), que há instruções novas na RDA que não tem equivalência com o AACR2, bem como há instruções que sofreram mudanças e têm finalidade diferente, e encontram-se também muitas instruções em que a redação é totalmente diferente, mas a finalidade continua essencialmente a mesma:

Eu acho que pode substituir, mas também pode ser um complemento, pode ser trabalhado alguns campos, foi o que a gente comentou há algum um tempo atrás de alguns campos, a gente poder alterar para RDA e continuar usando a maioria em AACR2. (C2)

Como demonstrado pelos catalogadores nos seus comentários umas das características mais citadas da RDA é “Atender Mídias digitais” principalmente a subcategoria “Recursos digitais” que obteve 24% do total de considerações a respeito do enunciado proposto. Os catalogadores compreendem que a RDA é uma norma que tem essa característica de atender os novos ambientes e formatos digitais. Assim segue os comentários dos catalogadores referente à subcategoria citada:

[...] Eu entendo que o RDA ele no caso auxiliaria de uma maneira melhor já que ele é um padrão mais para o ambiente digital. (C4)

Tabela 2 – Percepção dos modelos conceituais FRBR moldam a RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
Percepção	Elementos citados	Nº	%
Foco no usuário	Identificação de objetos ⁸	01	04
	Modelagem do universo bibliográfico ⁹	03	12
	Tarefas do usuário	01	04
Componentes FRBR	Modelo entidade-relacionamento	02	08
Entidades FRBR	Grupos de entidades	01	04
Aplicação dos modelos	Estruturam a RDA	08	32
Conceitos FRBR	Difícil entendimento	03	12
	Desconhece	06	24

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Segundo a impressão dos catalogadores como apontada na Tabela 2, sugeriu a criação da categoria “Foco no usuário”, onde se tem as subcategorias “Modelagem do universo bibliográfico” com 12% de frequência nos comentários e as demais com apenas 4% de frequência do total analisado. Desse modo, seguem os comentários que ressaltam as impressões dessas subcategorias:

[...] pegaríamos um Harry Potter a obra, mas ele poderia ser expresso num livro, jogo, em filme, às vezes em uma trilha sonora, filmes, livros, alguns

⁸ Identificação de objetos: referente a necessidades e interesse dos usuários da informação em um dado campo.

⁹ Modelagem do universo bibliográfico: mapeamento de todos os modelos de relação entre os dados bibliográficos quanto os de autoridade.

jogos que contemplam todos, desde a Pedra Filosofal até as relíquias da morte, e tudo bem, isso, deu para compreender dessa forma [...]. (C5)

Segundo Mering (2014, p. 4) o FRBR é um método para se explicar o universo bibliográfico através da confluência de ideias, objetos, recursos, pessoas, lugares, temas e muito mais.

Em relação à categoria “*Aplicação dos modelos*”, ou seja, a utilização dos modelos FRBR na norma RDA, os comentários dos catalogadores apontaram uma frequência de 32% de elementos citados como demonstrado na subcategoria “*Estruturam a RDA*” encontrados na análise dos comentários como apontados nos comentários a seguir:

Sim, os FRBR's seriam os modelos conceituais é [...] que vai fornecer a estrutura conceitual para fazer a descrição ai das informações. (C14)

[...] Eu compreendo que a estrutura do RDA é toda baseado neles [...]. (C13)

Segundo a categoria “*Conceitos do FRBR*” e conforme a subcategoria “*Desconhece*” com 24%, fez-se necessário apontar que alguns catalogadores apesar de demonstrarem na sua fala um conhecimento de que o FRBR estrutura a RDA, ainda assim, eles não tinham um conceito definido sobre o FRBR, desconheciam o conceito sobre o ele, ou já tinham visto alguma fonte de informação a respeito, mas não souberam expressar o que seria o conceito propriamente dito.

Eu estudei pouca coisa de FRBR e não foi uma coisa que ficou muito registrada [...]. (C17)

[...] eu ouvi falar que tinha o tal do FRBR, até para frente já tinha o FRASAD eu sei da existência deles, mas eu não tenho conhecimento nenhum deles [...]. (C12)

Houve apontamentos sobre a necessidade de melhorar o entendimento a respeito dos conceitos da FRBR e do estudo continuado sobre o tema como apresentado na subcategoria “*Difícil entendimento*” com 12% da frequência nos comentários.

[...] a gente tem que refazer o entendimento para poder usar melhor. Eu tenho essa consciência que é preciso compreender melhor e passar a entender os conceitos da FRBR para poder então aplicar melhor a RDA. (C1)

Tabela 3 – Percepção de adequação da RDA a vários esquemas de codificação

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
Percepção	Elementos citados	Nº	%
Correspondência com RDA	<i>Codificado em MARC 21</i>	5	18
	<i>Codificado com outros esquemas</i>	6	21
Modificações no MARC 21	<i>Adaptações para acomodar a RDA</i>	5	18
	<i>Novos campos para RDA</i>	3	11

Facilidade do MARC 21	<i>Continuação com a RDA</i>	6	21
	<i>Transição para a RDA</i>	1	4
Dificuldades do MARC 21	<i>Limitações</i>	1	4
	<i>Intercâmbio em rede</i>	1	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os catalogadores nos seus comentários atentaram segundo a categoria “*Correspondência com RDA*” que estes podem estar incluídos segundo as subcategorias criadas “*Codificado em MARC 21*”, com 18%, e com a subcategoria “*Codificado com outros esquemas*”, com 21% de frequência relacionados. Alguns trechos dos comentários exemplificam melhor essa percepção dos catalogadores.

[...] então eu compreendo que ele pode ser usado utilizando o MARC 21 e outros esquemas, pelo que eu entendi dos textos e pelo que foi comentado lá na Palestra [...] (C2)

[...] os dados podem ser codificados em MARC e várias outros esquemas que têm de catalogação [...] (C15)

Em relação a compreensão dos catalogadores sobre o MARC 21 como esquema de codificação da RDA foram formuladas as categorias “*Modificações no MARC 21*” com 29%, “*Facilidade do MARC 21*” com 25% e “*Dificuldades no MARC 21*” com 8% de frequência de elementos analisados nos comentários. Observa-se que a subcategoria “*Adaptações para acomodar a RDA*” obteve 18% da compreensão dos catalogadores de acordo com seus comentários e a subcategoria “*Novos campos para RDA*” obteve 11%. Os comentários aparecem a seguir sobre a percepção das subcategorias:

Como eu pesquiso muito para catalogar, quando eu estou catalogando o item, então costumo pegar a catalogação algumas delas com RDA, então a gente vê os campos, a comparação dos campos [...] (C3)

Me parece, eu posso até estar enganada que tenha muita coisa do MARC 21 que você adapta quando você está lidando, com o outro, com o RDA utilizando o código de catalogação [...] (C17)

Nos comentários os catalogadores percebem que no MARC 21 a uma “*Continuação com a RDA*” e ao mesmo tempo uma limitação como apresentado na subcategoria “*Limitações*”, inclusive há um apontamento dos catalogadores referente a dificuldade em relação a ele ao “*Intercâmbio em rede*” na atualidade como apresentado nos comentários.

[...] há um processo de adaptação que o MARC 21 não será necessariamente eliminado, a princípio, mas ele, depois os FRBR's vão tomar conta, numa fase de transição ele ainda vai poder ser usado para quando a substituição chegar não ser algo tão drástico, tão traumático. (C5)

[...] o MARC 21 é, tem muitas regras lá que limitam muito a catalogação, a opção do metadados lá, então você nem pode escrever [...] (C10)

Tabela 4 – Percepção da RDA ser uma norma para descrição para todos os tipos de recurso

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Descrição na RDA	<i>Novos recursos on-line</i>	06	30
	<i>Recurso tradicional e não tradicional</i>	05	25
	<i>Metadados de outras comunidades</i>	02	10
	<i>Melhorar a forma de descrição</i>	03	15
Descrição no AACR2	<i>Também no AACR2</i>	04	20

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

De acordo com as categorias gerais “*Descrição na RDA*”, subcategoria “*Novos recursos on-line*”, 30% dos comentários dos catalogadores indicam que a RDA vem para dar conta deste novo contexto de descrição como demonstrado nos comentários que se seguem:

Ele foi criado justamente para atender a questão desses novos recursos das novas mídias, ele foi criado para poder atender esses novos recursos mesmo de informação [...] (C1)

Isso aí a gente tem essa ciência, do recurso digital, que é para achar principalmente o digital, foi criado pensando na parte do digital [...] (C12)

Por outro lado, na subcategoria “*Recurso tradicional e não tradicional*”, 25% dos comentários dos catalogadores apontam o entendimento que a RDA foi criada para a descrição tanto de recursos tradicionais como para os digitais e a subcategoria “*Metadados de outras comunidades*” aparecem com 10% de frequência com base em elementos extraídos na análise dos comentários dos catalogadores.

A seguir os comentários sobre essas subcategorias:

[...] independente do formato se é livro, periódico, se está em CD, DVD [...] atende todos os tipos de formato, as plataformas digitais, se não seria um retrocesso a RDA [...] (C10)

[...] eu compreendo que ela vai ser mais abrangente, então, tanto bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros profissionais vão poder trabalhar com essa mesma estrutura, adequando as suas necessidades [...] (C5)

Apesar disso, quando se fala na questão de descrição de todos os tipos de recursos, ainda há catalogadores que demonstram uma inclinação para o código AACR2, como demonstrado na categoria “*Descrição no AACR2*”, com 20%, argumentado que ele já oferecia um espaço para descrição de outros recursos além dos recursos impressos como mostrado nos comentários dos catalogadores a seguir.

Eu acredito que sim, mas o AACR2 também, a gente tem que ter boa vontade [...]. Mas eu acho que vai melhor muito, vai tentar, o AACR2 é a base dele né, mas eu acho que ele pode não conseguir, mas ela vai tentar. (C9)

Sim porque, eu acho que o AACR2 já oferecia algum espaço para isso [...] (C13)

Tabela 5 – Percepção das mudanças nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	TOTAL
Percepção	Elementos citados	Nº	%
Alterações nos campos	<i>Acréscimo de campos</i>	07	29
	<i>Substituição de campos</i>	02	8
	<i>Novos campos</i>	06	25
	<i>Importação de campos</i>	03	13
Equilíbrio com campos MARC	<i>Continuidade de campos</i>	01	4
Mudanças nos campos	<i>Ocorrem mudanças</i>	04	17
	<i>Desconhece mudanças</i>	01	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como apresentado, na Tabela 5, os comentários dos catalogadores demonstram que o entendimento sobre essas mudanças para adequar os campos MARC 21 ao RDA é percebido na categoria “*Alterações nos campos*” com um total de 75% das frequências analisadas. Percebe-se que a subcategoria “*Acréscimo de campos*”, com 29%, é uma das maneiras pelas quais os catalogadores estão percebendo essa mudança conforme os comentários a seguir:

[...] vai modificar, vai aumentar o número de campos para quem usa MARC 21, incluindo se forem adotadas as normas RDA vai aumentar. (C3)

[...] tem campos que a gente não utiliza que a gente vai ter que incluir né, porque tem alguns que vão expandir né como é o campo de tipo de documento, até mesmo a parte de autoridade, é de formatos [...] (C13)

Os catalogadores percebem também que estas mudanças trouxeram o aparecimento de novos campos que não eram utilizados antes no formato MARC 21, como apresentado na categoria “*Novos campos*” com 25% das frequências de análise.

[...] os vários materiais já estão sendo catalogados no RDA, você vê lá, 264, 336, principalmente campo de descrição que são vários, bastantes[...] (C15)

[...] alguns campos vão ser descritos de maneira diferentes das que são, de como são atualmente, por exemplo, o campo de local, editora e data, os campos que a gente não tem que são o 336, 337 e 338 é, eu não sei se vão alterar outros campos provavelmente sim [...] (C16)

Outra forma de percepção dessas mudanças de campos é através de pesquisas feitas em outras bases de dados utilizadas pelos catalogadores no momento da descrição de algum recurso como apontado na subcategoria “*Importação de campos*” e verificado em seus comentários:

[...] muitas vezes quando a gente importa os dados da catalogação, a gente percebe dados da RDA [...] (C13)

Por outro lado, como constatado na categoria “*Mudanças nos campos*” com um total de 21% dos comentários, expressam uma frequência de 17% de elementos onde os catalogadores apenas confirmam o enunciado, nas subcategorias “*Ocorrem mudanças*” e “*Desconhece*

mudanças”, apenas 4% (um catalogador) no seu comentário afirmou não conhecer as mudanças de campos.

[...] não sei se sofreria modificações. Porque eu acho assim, ou adota o MARC 21, já que está com o tempo contato vai ser outras normas, outra padronização, mas eu não sei se sofrerá modificações. (C8)

6 Conclusão

Os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram alterações decorrentes para produção de novas publicações, novas formas de conteúdo, de suporte, de formatos e também ao acesso da informação pelo meio virtual. Em consequência as atividades de catalogação nas bibliotecas também tiveram que se adequar para poder dar conta da descrição desses novos documentos que surgiam, e como isso o catalogador que está na linha de frente dessas mudanças tem que se reencontrar na sua atividade e procurar meios através dos quais possa se renovar e entender as mudanças decorrentes desse novo contexto.

É importante ressaltar que os resultados desse estudo contribuem para o entendimento da temática RDA no que abrange o conhecimento acerca da estrutura da RDA, suas principais características, os modelos que a conceituam, sua descrição votada para o ambiente digital, bem como para outras comunidades de metadados e trazem para os catalogadores uma compreensão melhor de como a RDA auxiliará no melhoramento da descrição de dados para busca dos usuários.

O conhecimento das regras e das suas mudanças propostas, além de apontarem para a necessidade de aprendizagem e estudo continuado da norma e, pela demonstração prática do seu funcionamento, também apontam para as práticas de treinamentos que reafirmem a conscientização para conhecimento da norma RDA, além disso, atualmente, o Projeto RDA 3R, que promoveu o a reestruturação e o redesenho do RDA Toolkit, bem como da norma RDA, melhoraram o alinhamento e mudanças das práticas de catalogação, e propõem o estudo e examine do conteúdo da sua nova estrutura e organização, bem como, a familiaridade do catalogador com o modelo consolidado *Library Reference Model* (LRM) proposto pela IFLA.

O estudo também permitiu conhecer de perto os receios, anseios, angústias dos catalogadores perante um assunto que está tão em pauta internacionalmente, que gera tantas dúvidas e meche tanto com o imaginário dos catalogadores e nas possibilidades que essas mudanças trarão efetivamente em suas ações práticas. Alguns colocam a RDA como a salva guarda para o melhoramento da descrição de determinados recursos, outros acreditam que ela não é tão especial assim.

Referências

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C. **Resource Description and Access (RDA):** objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso. 2009. Disponível em: <http://docs.fabricioassumpcao.com/2009-assumpcao-santos-resource-description-and-access.pdf> Acesso em 11 mar. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BIBFRAME: **Bibliographic Framework Initiative**. 2016. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html> Acesso em 07 fev.2019.

CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista. **Recursos: Descrição e Acesso (RDA):** uma análise dos elementos centrais, 2013. 106 f. Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UNB), 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf Acesso em 31 ago. 2019.

CHEN, P. **Modelagem de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico**. São Paulo: McGraw Hill, 1990.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 16, n. 1, 1987. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87034> Acesso em 29 ago. 2019.

LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographic framework as a Web of data: Linked Data Model and supporting services**. Washington, 2012. Disponível em: <http://www.loc.gov/bibframe/pdf/MARClD-report-11-21-2012.pdf> Acesso em 7 fev. 2019.

MARINGELLI, Isabel Ayres. **LRM: Library Reference Model**. Palestra proferida pela Sophia: Softwares para gestão de escola e bibliotecas. São Paulo: FESP, 2020. 1 vídeo (90 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4D2b3qS0Og&t=3806s> Acesso em: 7 dez. 2020

Metadata Object Description (MODS): history. 2018. Disponível em: <http://www.loc.gov/standards/mods/> Acesso em 26 maio 2018.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução a catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira; SERRA, Liliana Giusti; CASSARES, Norma Cianflone Cassares; VALENCIA, Maria Cristina Palhares. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **Revista CRB-8 Digital**. São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2012/02/conceituacao-aplicacao-padrao-rda.pdf> Acesso em 03 set. 2019.

SIMIONATO, A. C. **Representação, acesso, uso e reuso da imagem digital**. 2012. 141 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93646/simionato_ac_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 26 maio 2018.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurmar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a10.pdf> Acesso em 14 jan. 2019.

STANECK, José Luiz Barroso. **O uso do padrão “Metadata Object Description Schema” (MODS) na descrição de recursos musicais**: aplicação a um conjunto de partituras de Francisco Mignone. 2007. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11859> Acesso em 03 abr. 2018.

Agradecimentos

Agradeço, imensamente, a minha orientadora, professora Dra. Cíntia de Azevedo Lourenço, por acolher-me como orientando, por me indicar opções de caminho a seguir, pelas orientações, pela paciência, pelo apoio, pela confiança na construção deste estudo e pelo conhecimento repassado.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, como instrumento básico de apoio aos programas de pós-graduação stricto sensu em prol da excelência acadêmica.